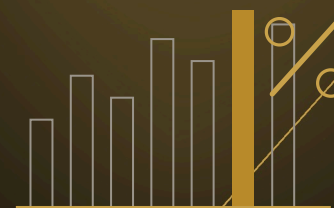


Serviços

Direito Tributário

Atuação consultiva e contenciosa em tributos, incluindo a transição para o novo sistema da reforma tributária do consumo.



Advogado responsável: Sidney dos Santos Gomes - OAB/SP 553.903

A carga tributária e a complexidade das regras fazem com que muitas empresas paguem mais do que deveriam ou acumulem riscos sem perceber. Autuações e execuções fiscais podem comprometer o caixa e o patrimônio dos sócios.

Revisar a tributação, defender-se de autuações e planejar operações dentro da lei protege a margem e reduz riscos. A Reforma Tributária (EC 132/2023 e LC 214/2025) torna essa revisão ainda mais importante nos próximos anos.

Quando procurar

- ♦ A empresa recebeu um auto de infração
- ♦ Contratos de longo prazo precisam prever os efeitos da reforma tributária
- ♦ Uma reorganização societária tem efeitos tributários relevantes
- ♦ Há créditos tributários a recuperar ou débitos a negociar

O que analisamos

- 01 Planejamento tributário e revisão de enquadramento
- 02 Reforma tributária do consumo e efeitos em contratos e preços
- 03 Defesas em autos de infração e processos administrativos
- 04 Mandados de segurança e ações judiciais tributárias
- 05 Execuções fiscais e garantias
- 06 Recuperação de créditos e compensações

Como atuamos

A análise tributária é feita junto com a contabilidade da empresa e com as demais áreas envolvidas na operação. Sempre que possível, a questão é tratada antes da autuação, com a documentação adequada.

Pareceres e consultas tributárias

Impugnações e recursos administrativos

Ações judiciais e mandados de segurança

Defesas em execuções fiscais

O que fazer agora

Respostas diretas

Recebi um auto de infração. Qual é o prazo?

No processo administrativo federal, a impugnação deve ser apresentada em 30 dias (art. 15 do Decreto 70.235/1972). Estados e municípios têm prazos próprios.

Como a Reforma Tributária afeta minha empresa?

A substituição gradual de PIS, Cofins, IPI, ICMS e ISS pela CBS e pelo IBS, entre 2026 e 2033, muda preços, créditos e contratos. Vale simular os efeitos com antecedência.

Minha empresa está no regime tributário certo?

A escolha entre Simples Nacional, Lucro Presumido e Lucro Real depende de faturamento, margem e atividade, e deve ser revista periodicamente.

A execução fiscal pode atingir os sócios?

Em hipóteses específicas, como a dissolução irregular ou atos praticados com excesso de poderes, os administradores podem ser responsabilizados (art. 135 do CTN).

Atenção

Erros que mais comprometem o resultado

01

Perder o prazo de defesa administrativa

02

Não revisar o regime tributário periodicamente

03

Adotar planejamento sem substância econômica

04

Ignorar os efeitos da Reforma Tributária nos contratos

05

Deixar a execução fiscal avançar sem garantia ou defesa

06

Encerrar a empresa de forma irregular

Consultoria jurídica mensal

Um advogado corporativo próximo do seu negócio.

Este tema também pode ser acompanhado de forma contínua, com orientação jurídica no dia a dia da empresa e leitura econômica e financeira nas decisões importantes.

Serviços relacionados

Direito Empresarial

Direito Penal Empresarial

Recuperação Judicial, Insolvência & Reestruturação

Atuação relacionada

Associações & Terceiro Setor

Recuperação Judicial & Reestruturação de Dívidas

Planejamento Patrimonial & Sucessório

Fale com a Sidney Gomes Advocacia

Conte em poucas linhas a situação da sua empresa. Antes de qualquer proposta, avaliamos se o tema está dentro da nossa atuação e se não há conflito de interesses.

WhatsApp (11) 97768-8716

Telefone (11) 5081-3667

sidney.gomes@sgex.com.br

Rua Vergueiro, 2556, 3º andar

Vila Mariana, São Paulo – SP



Fale pelo WhatsApp